

ALBERTO PASQUALINI E AS ELEIÇÕES ESTADUAIS DE 1947 NO RIO GRANDE DO SUL

João Batista Carvalho da Cruz*

Resumo: A criação do Partido Trabalhista Brasileiro marcou profundamente a política no Rio Grande do Sul no período 1945-64. Com uma tradição de bipolaridade, a política gaúcha daquele contexto se caracterizou pela oposição entre um campo mais progressista, representado pelo PTB, e outro conservador, liderado pelo Partido Social Democrático. Nesta apresentação buscamos analisar a atuação do candidato a governador Alberto Pasqualini nas eleições estaduais de 1947, recorrendo para isso a elementos da teoria do campo político desenvolvida por Pierre Bourdieu. Procuramos compreender parte da trajetória desse agente e o tipo de capital político por ele acumulado. Uma possível contribuição do presente trabalho será evidenciar a importância que aquela disputa eleitoral assumiu no processo de formação do PTB gaúcho.

Palavras-chave: Alberto Pasqualini; eleições; PTB.

Résumé: La création du Parti Travailleur Brésilien a souligné profondément la politique au Rio Grande do Sul entre 1945-64. Avec une tradition de bipolarité, la politique “gaúcha” de ce contexte-là s’est caractérisé par l’opposition entre un domaine plus progressiste, représenté par PTB, et un autre conservateur, dont le leader était le Parti Social Démocratique. Dans cette présentation, nous cherchons à analyser l’actuation du candidat à gouverneur Alberto Pasqualini pendant les élections de l’état de 1947, basés sous les éléments de la théorie du champ politique développé par Pierre Bourdieu. Nous cherchons à comprendre une partie de la trajectoire de cet agent et le type de capital politique accumulé par lui. Une possible contribution de ce travail sera de mettre en relief l’importance que cette dispute électorale a joué dans le processus de formation du PTB gaúcho.

Mots-clé: Alberto Pasqualini; élections; PTB.

Esta apresentação é parte de uma pesquisa mais ampla que estamos desenvolvendo, em nível de mestrado, sobre a formação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Rio Grande do Sul em meados dos anos 1940. Nessa pesquisa, adotamos dois eixos de análise, a saber, a composição dos quadros formadores do partido, ou seja, suas lideranças, bem como sua participação no processo eleitoral de 1946-47 no estado. Por ser esse o primeiro pleito após o fim do Estado Novo, quer dizer, ocorrido em um contexto de redemocratização, entendemos que foi uma espécie de “apresentação” dos partidos nascentes à sociedade. O exame da bibliografia nos possibilita, ainda, compreender a grande importância que as eleições de 19 de janeiro de 1947 tiveram na definição dos contornos da reorganização partidária em âmbito regional.¹ Dessa forma, o recorte aqui utilizado diz respeito a uma das

* Mestrando junto ao PPG/História da UNISINOS, onde desenvolve pesquisa intitulada “Uma análise de campo político: o PTB e a eleição estadual de 1947 no Rio Grande do Sul”, sob orientação da Profa. Dra. Marluza Marques Harres. Bolsista do CNPq.

¹ Veja-se, por exemplo: Cánepa (2005) e Bodea (1992).

principais lideranças petebistas do período: o então candidato a governador Alberto Pasqualini.

Além de Pasqualini, concorreram ao governo gaúcho Décio Martins Costa, representando a coligação entre a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Libertador (PL), e Walter Jobim, lançado pelo Partido Social Democrático (PSD) e contando com os apoios do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido de Representação Popular (PRP). Aquele pleito definiu igualmente os integrantes da Assembléia Legislativa e o ocupante da vaga da terceira senatória rio-grandense.

Nosso objetivo é verificar o tipo de capital político que Pasqualini acumulou até o momento em que assumiu a condição definitiva de candidato pelo PTB, nos primeiros dias de novembro de 1946, capital esse de que se valeu durante a campanha eleitoral. Utilizamos, portanto, uma noção que integra a teoria do campo político desenvolvida por Pierre Bourdieu. Conforme nos mostra esse autor, “em política, ‘dizer é fazer’, quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz”, assim como “a verdade da promessa ou do prognóstico depende da veracidade e também da autoridade daquele que os pronuncia, quer dizer, da sua capacidade de fazer crer na sua veracidade e na sua autoridade” (BOURDIEU, 2001: 185-186). Desse modo, entendemos ser útil a noção de capital político, pois, como uma forma de capital simbólico, sua convicção de verdade está assentada na crença e no reconhecimento: “o homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele” (Ibid: 188). Alberto Pasqualini, Walter Jobim e Décio Martins Costa são políticos que dispõem, na ocasião em que disputam o executivo estadual, de grande volume de capital político acumulado ao longo de suas trajetórias. A imagem pública de cada um deles está firmada, fundamentalmente, no capital pessoal que possuem.² Vejamos, então, o caso do candidato petebista.³

² Bourdieu define duas espécies básicas de capital político, um adquirido a título pessoal e outro por delegação, aparecendo esse último como produto da transferência de um capital acumulado ao longo do tempo pela instituição (partido ou sindicato) e somente por ela controlado. Sobre o primeiro, diz ele: “O capital pessoal de ‘notoriedade’ e de ‘popularidade’ – firmado no fato de ser *conhecido* e *reconhecido* na sua pessoa (de ter um ‘nome’, uma ‘reputação’, etc.) e também no fato de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma ‘boa reputação’ – é frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou, como no caso dos advogados, um domínio profissional da eloquência” (BOURDIEU, 2001: 190-191). Por ser o PTB um partido nascente, ainda não possui um capital próprio do qual possa investir determinados agentes. Assim, em função do nosso recorte temporal, podemos averiguar apenas o capital político obtido a título pessoal por Alberto Pasqualini, afinal, uma ordem autoritária recém findara no país.

³ Importa dizer que, apesar de parte do capital pessoal de Pasqualini estar ligado ao evento de ser ele um intelectual, nossa proposta para esta apresentação requer que nos detenhamos menos ao conteúdo de suas idéias do que às ações políticas por ele empreendidas ao longo do tempo.

Nos meses de dezembro de 1946 e janeiro de 1947, a *Revista do Globo* oferecia aos seus leitores uma série de reportagens sobre os três concorrentes ao governo gaúcho.⁴ O objetivo da revista era mostrar não apenas suas trajetórias políticas, mas também suas histórias de vida de um modo geral. A matéria sobre Pasqualini servirá como fio condutor de nossa análise. O representante do PTB, primeiro a ser retratado, aparecia como um homem de origem interiorana que travava uma luta penosa naquele processo eleitoral. Segundo o periódico, Pasqualini afigurava-se como o mais forte oponente ao candidato situacionista, Walter Jobim, e desempenhava então o papel do colono que, na sua infância, vira ser preso por tentar votar contra o poderoso Partido Republicano Rio-Grandense (PRR):

Seus propagandistas poderiam dizer – tanto por analogia como por demagogia – que Pasqualini representa atualmente aquele colono da infância a lutar contra o Partido Republicano moderno que é o Partido Social Democrático, governista (RG, nº424, 07/12/1946, p. 23).

A reportagem aborda, a seguir, sua origem familiar modesta no interior do município de Júlio de Castilhos⁵, de onde, por sugestão de um pároco local, sairia para estudar no Seminário Provincial de São Leopoldo. Por não cogitar a possibilidade de vir a ser um sacerdote católico, aos dezessete anos Pasqualini abandonara o Seminário com o intuito de ingressar na Faculdade de Direito de Porto Alegre.⁶ A partir de então, para custear seus estudos, precisou trabalhar como professor no Ginásio Anchieta e dar aulas particulares. Não por esse motivo, contudo, deixou de ser um aluno brilhante que fora laureado por aquela instituição em 1929 e escolhido para ser o orador da turma. A reportagem ressalta, ainda, sua inclinação para a política desde o período estudantil, bem como suas idéias e aspirações de justiça social. Assim, o candidato petebista Alberto Pasqualini, aos seus 45 anos, “soma a essas idéias cultivadas desde a juventude uma boa dose de experiência humana e política adquirida tanto na sua vitoriosa carreira de advogado como no exercício de diversas e importantes funções da administração pública” (RG, nº 424, p. 24).

No ano de 1944, durante a interventoria de Ernesto Dornelles no Rio Grande do Sul, Pasqualini foi Secretário do Interior e Justiça por um período, segundo a revista, de seis

⁴ Embora façamos ao longo do texto referência genérica à “reportagem” da *Revista do Globo*, cabe acrescentar que todas as matérias sobre os três candidatos são assinadas por Justino Martins, que era também o diretor daquele periódico.

⁵ Pasqualini nasceu, mais precisamente, no local onde hoje se localiza o município de Ivorá.

⁶ Após transferir-se para Porto Alegre, Pasqualini estudou, ainda antes de ingressar na Faculdade de Direito, nos ginásios Anchieta e Júlio de Castilhos, tendo também cursado um ano de Medicina (DUTRA, 1986: 9-10).

meses⁷, tempo suficiente para revelar “uma surpreendente capacidade de ação”. Três atos de sua gestão ter-se-iam destacado: (a) foi contrário, no estado, à censura ditatorial à imprensa que ocorria em todo o país; (b) sugeriu ao governo um imposto mínimo sobre vendas e consignações, o qual seria aplicado em assistência social, proposta retomada e ampliada em seu programa de governo para o pleito de 1947; e (c) criou e estruturou, no auge da crise de alimentos, a Comissão de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS), único organismo capaz de estabilizar o preço dos gêneros de primeira necessidade. Tal conjunto de ações consistiria em “atividade demasiado forte para o regime do homem que hoje apadrinha sua candidatura” (RG, nº424, p. 25), em referência à ditadura de Getúlio Vargas. Mas foi a solução que o então secretário encontrou para uma contenda no interior que resultou em sua saída do governo: concordou com que fosse realizado um plebiscito na cidade de Cachoeira do Sul, a fim de escolher um substituto para o prefeito municipal que se havia demitido. Era uma solução democrática que ia de encontro às normas ditatoriais daquele momento. Ao ser desautorizado pelo interventor Ernesto Dornelles, Pasqualini demitiu-se de seu cargo e voltou às tarefas de advogado.⁸

Objetivando, a partir daí, “um contato pessoal” com Pasqualini, a reportagem trata de aspectos de sua vida privada. O candidato é apresentado como um homem solteiro, “simples e acessível, apesar de falar pouco e de procurar ouvir muito”, que vive uma rotina agitada e encontra raros momentos de refúgio em sua chácara no “arrabalde” da Tristeza, em Porto Alegre (RG, nº 424, pp. 25-26). Sua imagem é a de um intelectual afeito ao estudo e à leitura e cercado por papéis, livros e jornais... um apreciador de matemática, ciência da qual “é um profundo conhecedor, comprazendo-se, desde os tempos da Universidade, em discutir esportivamente com professores e especialistas problemas e equações dos mais intrincados” (RG, nº 424, p. 75). Em seu escritório há “muitos armários de livros técnicos e literários”, e sobre seu “birô” surge uma obra que surpreende a reportagem, pois foi escrita por “um antigo militante comunista que, como uma ovelha desgarrada, está atirando por conta própria na

⁷ Na verdade, Pasqualini fora Secretário do Interior e Justiça durante praticamente um ano, de 11/09/43 a 18/09/44.

⁸ De acordo com Gertz (2007: 56-57), em julho de 1944, Cyro da Cunha Carlos, prefeito de Cachoeira do Sul, pediu afastamento do cargo. Como não havia um vice (cargo originalmente ocupado por Cunha Carlos, até outubro de 1939, quando substituiu o prefeito Reinaldo Moesch, que se afastara) ou um prefeito-substituto para Cachoeira (uma vez que o advogado Fabrício Pillar recusou, em abril de 1944, o convite de Alberto Pasqualini para ser prefeito-substituto do município), entidades locais enviaram um representante a Porto Alegre para conferenciar com o secretário do Interior. Pasqualini teria autorizado a formação de um colégio eleitoral para realizar a escolha de um prefeito para Cachoeira do Sul, fato que gerou grande contrariedade ao interventor Ernesto Dornelles e, por isso, ensejou o pedido de demissão do secretário, sendo substituído por Cylon Rosa.

agitação ideológica dos dias atuais” (RG, nº 424, p. 26).⁹ Esse seria o intróito para uma importante questão de ordem política: Luiz Carlos Prestes declarou a impossibilidade de apoio do PCB a Pasqualini em função de o candidato ter, em outros tempos, nas palavras do comunista, “elogiado em prosa, verso e latim a Carta fascista de 37”.¹⁰ Julgando tais palavras como “um tanto apressadas” e carentes de fundamento exato, o petebista responde:

Sempre me pareceu que a melhor forma de corrigir o autoritarismo da Carta de 1937, seria dar-lhe uma interpretação democrática, e isso precisamente num momento em que a própria palavra “democracia” era suspeita. As leis são aplicadas de acordo com o sentido, o espírito e os objetivos que se lhes atribuem. Este pensamento está claro em todo o meu discurso como a idéia de que a função da Carta de 37 seria, necessariamente, transitória. Elogiei os princípios sociais da Carta de 37, mas critiquei em vários artigos de imprensa as suas disposições políticas. Esta é a verdade (RG, nº 424, p. 75).

A partir da imagem, em suma, de um intelectual possuidor de idéias sociais avançadas, a revista nomeia Pasqualini como “um filósofo sentimental”, capaz de expor ao povo um programa de governo “baseado numa filosofia tão sentimentalmente humana quanto sincera e esperançosa”, e finaliza sua reportagem com palavras extraídas de um discurso do candidato: ““O voto pode ser a arma com que o povo se liberta, como também pode ser a arma com que o povo se suicida”” (RG, nº424, p. 75).¹¹

Os dois números seguintes da Revista do Globo abarcariam as trajetórias de Décio Martins Costa e Walter Jobim. Nossa intenção, ao referir essas reportagens, além da possibilidade de apresentar alguns aspectos das trajetórias pessoais e políticas dos candidatos envolvidos no pleito de 1947, está no fato de que elas nos dão a ver um processo de construção de imagens públicas naquele contexto, quer dizer, não apenas o que aqueles agentes eram até então, mas também o que eles estavam buscando vir a ser. Nos permitem, ainda, compreender suas tomadas de posição e o relevo que davam a algumas características pessoais na forma de um jogo de oposições e distinções, ou seja, uns em relação aos outros.¹² Se o representante do PTB foi retratado como um “filósofo sentimental”, intelectual

⁹ Referência ao livro *O Zero e o Infinito*, do escritor húngaro Arthur Koestler.

¹⁰ As declarações de Prestes podem ser encontradas em: *Correio do Povo*, 22/11/46, p. 10.

¹¹ Importa aqui fazer duas considerações: primeiro, que muitas das conclusões a que chegamos sobre a imagem pública de Pasqualini advêm igualmente da leitura de outras fontes jornalísticas da época, como as coberturas do *Correio do Povo* e do *Diário de Notícias* sobre o processo eleitoral; segundo, a análise que ora realizamos sobre a trajetória desse agente atende à necessidade requerida por nosso objeto de estudo, mas a própria riqueza de sua atuação permitiria um aprofundamento muito maior.

¹² Consideradas as especificidades do contexto analisado, alguns elementos constitutivos do campo político, conforme o definiu Bourdieu, já podiam ser encontrados no Rio Grande do Sul. Destacamos aqui a dinâmica de concorrência que caracteriza o campo político, onde a atuação dos agentes só ganha sentido se vista de forma relacional. Sobre o assunto, ver: Bourdieu (2000).

progressista que apoiou os princípios sociais do Estado Novo mas condenou, inclusive através de ações, seu caráter autoritário, o “gaúcho” Walter Jobim seria aquele que, além de possuir um jeito simples “de campeiro”, conhecia a realidade do estado e aparecia como bom administrador (RG, nº 426, 11/01/1947); o “Doutor” Décio Martins Costa, por sua vez, afigurava-se como médico humanitário, político democrata e cidadão católico (RG, nº 425, 21/12/1946).

Mercedes Cánepa, em seu estudo sobre os partidos e a representação política entre os anos de 1945 e 1965 no Rio Grande do Sul, ao abordar a conjuntura da redemocratização e a formação do sistema partidário no estado, aduz o fato de que a legislação eleitoral surgida em 1945 (Lei Agamenon) obrigava as novas siglas partidárias a se constituírem como partidos nacionais, o que “forçará a elite política rio-grandense, como aliás as demais elites regionais, a combinar alguns elementos importantes da conjuntura nacional com ‘antigas’ e ‘novas’ clivagens regionais” (CÁNEPA, 2005: 95). Por antigas clivagens, a autora entende a disputa entre republicanos e federalistas (depois libertadores) na Primeira República; as novas clivagens se localizariam no contexto da Revolução de 30 e das mudanças sociais que essa gerou, quando Vargas passou a atuar como divisor de águas. Nesse último caso, as posições assumidas pelas elites políticas rio-grandenses devem ser compreendidas principalmente em dois momentos: em relação à Revolução Constitucionalista de 1932 e diante do golpe do Estado Novo (Ibid: 95-100). Assim, se o pleito de 1947 é uma situação nova no estado, uma vez que os agentes políticos encontravam-se diante de um cenário em que precisavam *disputar o voto dos eleitores*, ele irá manter, no entanto, uma estreita relação com o passado, pois é a configuração das divisões partidárias anteriores ao golpe de 1937 – PRL, PRR e PL – que irá conformar a reestruturação partidária de 1945.¹³ Se observarmos as trajetórias dos três candidatos ao governo estadual em 1947, veremos que todos estiveram ligados ao antigo Partido Libertador, onde permaneceram até pelo menos 1937, quando o advento do Estado Novo redefiniu as posições por eles ocupadas no jogo político.

No caso de Pasqualini, importa dizer, também, que a imagem de intelectual o acompanhou por toda a vida e assim permaneceu após sua morte. Ele é sempre lembrado, tanto por políticos quanto por pesquisadores, como o teórico e doutrinador do trabalhismo brasileiro.¹⁴ Essa imagem de intelectual, ao qual comumente é acrescido o epíteto “possuidor de idéias sociais avançadas”, no contexto de 1947 aparece ao lado – e também como consequência – de um capital pessoal adquirido em decorrência de suas ações como secretário

¹³ Cánepa sugere que o Estado Novo constituiria um grande “parêntese” nesse processo.

¹⁴ A formação intelectual de Pasqualini foi analisada por Luiz Alberto Grijó (2007).

do Interior na interventoria de Ernesto Dornelles. Ter autorizado a realização de um plebiscito em Cachoeira do Sul, por exemplo, é uma atitude manipulada positivamente por Pasqualini, possibilitando ao candidato afigurar-se como democrata. Cabe lembrar que ao petebista recaía, proferida pelos mais diversos adversários, a acusação de ter “elogiado em prosa, verso e latim a Carta fascista de 37”. Além de contrapor essa acusação com o episódio do plebiscito, Pasqualini poderia lembrar ainda que quando integrou o Departamento/ Conselho Administrativo do Estado (DAE/CAE) – entre 1939 e 1943, momento pouco mencionado na reportagem da *Revista do Globo* – atuou na direção contrária do excessivo controle, fruto da Segunda Guerra Mundial, estabelecido contra os cidadãos de origem italiana e alemã, conforme aponta René Gertz (2007: 46):

Apesar de os próprios membros do DAE/CAE sempre terem destacado suas preocupações exclusivamente administrativas, suas neutralidades técnicas, pronunciaram-se, em alguns momentos, também sobre questões claramente políticas. Assim, Alberto Pasqualini e Gaston Englert saíram em defesa dos cidadãos de origem italiana e alemã no contexto da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Considerando que o interventor Cordeiro de Farias era claro adepto da tese do perigo alemão, preocupadíssimo com a situação etnográfico-internacionalista do estado, não há dúvida de que a manifestação expressa de conselheiros do DAE/CAE no sentido de que deveria ser feita uma clara distinção entre os regimes alemão e italiano, mais eventuais agentes seus no Rio Grande do Sul, por um lado, e a massa da população gaúcha de origem alemã e italiana, por outro lado, pode ser vista como uma crítica ao Executivo.

Tais ações de Pasqualini devem ter colaborado para que Getúlio Vargas almejasse um acordo entre PSD e PTB no estado, mostrando-se favorável à candidatura de Walter Jobim durante grande parte do processo eleitoral de 1946-47. Isso fica evidente através do exame de um conjunto de cartas trocadas entre o ex-presidente e diversos políticos ligados a um ou outro partido, especialmente seu irmão, Protásio Vargas, um dos fundadores do PSD gaúcho.¹⁵ Em carta enviada a Protásio, ainda em novembro de 1945, escreveu Getúlio: “Quanto a mim, considerava-me desobrigado de qualquer compromisso, a não ser o de apoiar a candidatura do Walter Jobim à presidência do estado” (GV45.11.19/2). Cabe assinalar que, contrariando as orientações do ex-presidente, o nome de Pasqualini ganhava crescente acolhida entre os petebistas desde 1945, embora ele não fosse ainda integrante do PTB, mas de um agrupamento político formado em torno de suas idéias, a União Social Brasileira (USB).

¹⁵ Documentação existente no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

Em junho de 1945, organizava-se no Rio Grande do Sul um Movimento de Articulação Popular de Adesão e Apoio ao Programa Social de Alberto Pasqualini.¹⁶ A cada reunião que realizava, o movimento ganhava vulto, recebendo adesão de indivíduos das mais diferentes profissões e de vários lugares do interior. Conforme noticiou o *Correio do Povo* (04/07/45, p. 08), no dia 03 de julho ocorreu uma assembléia do movimento reunindo aproximadamente quinhentas pessoas, onde se discutiu a idéia inicial dos seus organizadores de transformá-lo em um partido regional, propósito esse que esbarrava, porém, no dispositivo do novo Código Eleitoral que não permitia a formação de partidos senão em âmbito nacional. Esse movimento daria origem à USB, lançada em Porto Alegre no dia 21 de setembro de 1945. O programa da USB propunha, entre outros itens: distributivismo econômico; ampliação e fortalecimento do mercado consumidor interno; cooperação entre o capital e o trabalho, com crescente participação dos trabalhadores na riqueza produzida; socialização de parcela dos lucros das empresas privadas; elaboração de um amplo plano de assistência social, custeado por meio das contribuições sobre os lucros privados (criação de um Fundo Social, gerido de forma autônoma por contribuintes e trabalhadores e com apoio do Estado); manutenção do regime democrático e aperfeiçoamento de suas instituições; gratuidade e liberdade do ensino oficial em todos os graus; e, de acordo com último o artigo:

A União Social Brasileira apoiará e prestigiará:

- a) toda iniciativa, pacto ou entendimento que tenha por objetivo a realização da paz social mediante um compromisso de leal e sincera cooperação entre as classes, visando a justiça social e o engrandecimento do país;
- b) todas as iniciativas públicas ou privadas que tenham por finalidade a assistência e o bem estar social (CP, 16/09/45, p. 11).

Em 31 de outubro daquele mesmo ano, foi assinado entre Pasqualini e Sílvio Sanson, sindicalista e então presidente da Executiva Estadual do PTB, um “Termo de Compromisso Político entre o PTB e a USB” (BODEA, 1992: 27). Esse acordo marcaria o início de um processo de fusão entre ambos os agrupamentos políticos, que se completaria em 1946, já às vésperas da campanha eleitoral para o pleito de janeiro de 1947.

Em termos mais amplos, é possível dizer que o ano de 1946, quando Pasqualini passou a integrar o PTB, representou uma espécie de divisor de águas em sua trajetória. Até aquele ano, a atuação de Pasqualini esteve ligada, com graus variados de proximidade, ao antigo PL,

¹⁶ Dois textos sintetizam o pensamento de Pasqualini até então: um discurso proferido em dezembro de 1944 para a turma de economistas da UFRGS, posteriormente publicado com o título *Um mundo baseado na cooperação*; e as *Sugestões para um Programa de Governo*, publicadas pelo *Correio do Povo* em março de 1945 (BODEA, 1992: 23).

onde ingressou em fins dos anos 1920. Nesse espaço de tempo, sua atuação poderia ser descrita como a de um “intelectual independente”, tendo formulado um conjunto de idéias bastante original sobre temas políticos e sociais do país e do estado. Com a estruturação da USB e a posterior fusão desse agrupamento ao PTB, inicia-se uma nova fase na atuação de Pasqualini, agora ligada àquele partido e comprometida com a elaboração de seus contornos doutrinários. O fato de ele ter sido alçado à condição de candidato a governador pelo PTB em 1946/47 – o primeiro candidato do partido, importante repetir – pode ser visto como um ato inaugural desta sua nova condição de “teórico e doutrinador do trabalhismo brasileiro”, conforme ficou conhecido. Tal momento seria igualmente um divisor de águas em seu pensamento, mais maduro e melhor elaborado nesta segunda fase.

Por fim, retomando nossa questão central, podemos concluir que o capital político de que dispõe Alberto Pasqualini no contexto das eleições de 1946-47, decorre principalmente de dois fatores. Primeiramente, de sua trajetória intelectual, muito cedo reconhecida, ainda durante o tempo em que estudara na Faculdade de Direito de Porto Alegre, e que teve um ponto alto com a formação de um forte movimento em favor de suas idéias – a USB. Em seguida, decorrente do conjunto de ações que desempenhou durante o período em que fora secretário do Interior e Justiça, muitas vezes contrárias às normas ditatoriais do Estado Novo, como, por exemplo, a censura à imprensa e o controle excessivo sobre os cidadãos de origem italiana e alemã. É emblemático, nesse sentido, o motivo para seu pedido de demissão, relacionado ao encaminhamento democrático que dera para um impasse político no interior do estado. O capital político de Pasqualini, adquirido a título pessoal, combinou-se com o programa que o nascente Partido Trabalhista Brasileiro apresentou à sociedade gaúcha durante aquele processo eleitoral. Como ilustração, vejamos o que disse o sindicalista José Vechio, fundador do PTB no Rio Grande do Sul, sobre os motivos que levaram os petebistas a lançar Pasqualini como candidato governador pelo partido: “Era um socialista tipo trabalhista (...) Era um homem avançado!” (VECCHIO, 1986: 61).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *Propos sur le champ politique*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

DUTRA, Milton. *O Trabalhismo de Pasqualini*. Porto Alegre: Editora Intermédio, 1986.

GERTZ, René. Estado Novo. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coords.). GERTZ, René (dir. vol.). *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, pp. 39-58. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, vol. 4).

GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 83-99.

VECCHIO, José. *Depoimento*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – História Oral, 1986.